TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Jurisprudência

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO

Sumário

ESTADO DE RONDÔNIA 4

MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA DO OESTE 5

MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS 5

MUNICÍPIO DE ALVORADA DO OESTE 6

MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO 7

MUNICÍPIO DE ARIQUEMES 8

MUNICÍPIO DE BURITIS 8

MUNICÍPIO DE CABIXI 9

MUNICÍPIO DE CACAULÂNDIA 10

MUNICÍPIO CACOAL 10

MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI 11

MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA 11

MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS 12

MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS 13

MUNICÍPIO DE COLORADO D'OESTE 13

MUNICÍPIO DE CORUMBIARA 14

MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES 14

MUNICÍPIO DE CUJUBIM 15

MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA 16

MUNICÍPIO DE ESPIGÃO DO OESTE 17

MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM 17

MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 18

MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE 18

MUNICÍPIO DE JARU 19
MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ 20
MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE 21
MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA 21
MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA 22
MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO 23
MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE 23
MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ 24
MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO 25
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE 25
MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE 26
MUNICÍPIO DE PARECIS 26
MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO 27
MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE 28
MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA 28
MUNICÍPIO DE PORTO VELHO 29
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI 30
MUNICÍPIO DE RIO CRESPO 30
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA 31
MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO OESTE 32
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ 32
MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE DO OESTE 33
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ 33
MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS 34
MUNICÍPIO DE TEIXEIRÓPOLIS 35
MUNICÍPIO DE THEOBROMA 36

MUNICÍPIO DE URUPÁ 36

MUNICÍPO DE VALE DO ANARI..... 37

MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO..... 37

MUNICÍPIO DE VILHENA..... 38

ESTADO DE RONDÔNIA

Prestação de contas de governo. Exercício de 2018. Equilíbrio orçamentária e financeira. Cumprimento dos índices e limites constitucionais e legais, notadamente quanto à educação, ao FUNDEB e à saúde. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 17/2022

Prestação de contas de governo. Exercício de 2020. Equilíbrio orçamentária e financeira. Cumprimento dos índices de educação. Atingimento dos limites, percentuais e obrigações fixados na execução das despesas totais com pessoal do Poder Executivo. Regularidade na gestão e no cumprimento das obrigações previdenciárias. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 16/2022

Prestação de contas de governo. Exercício de 2019. Equilíbrio orçamentária e financeira. Cumprimento dos índices de educação. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 15/2022

Prestação de contas de governo. Exercício de 2018. Equilíbrio orçamentária e financeira. Irregularidades. Cancelamento indevido de empenhos e execução de despesas sem prévio empenho. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 13/2022

Prestação de contas de governo. Exercício de 2017. Falha de natureza formal. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 13/2020

Déficit orçamentário. Aumento da dívida e precatórios. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 09/2018

Prestação de contas de governo. Exercício de 2016. Empenhos cancelados indevidamente. Não repasse de contribuição previdenciária. Irregularidades graves. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 18/2020

Insatisfatória arrecadação dos créditos inscritos em dívida ativa. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 23/2019

Prestação de contas do chefe do poder executivo estadual. Exercício de 2014. Existência de impropriedade que não maculam as contas. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 17/2019

Superávit orçamentário. Despesas orçamentárias do poder executivo superiores aos recursos financeiros. Existência de convênios a receber e de superávit financeiro de exercícios anteriores.

Insuficiência financeira. Não afetação do exercício seguinte em decorrência do restabelecimento de saldo de disponibilidade comprometida.
Parecer Prévio n. 09/2017

Desequilíbrio financeiro. Não afetação do exercício seguinte em decorrência do restabelecimento de saldo de disponibilidade comprometida.
Parecer Prévio n. 10/2017

Análise da projeção de receita. Exercício de 2018. Governo do Estado de Rondônia. Viabilidade da estimativa de receita apresentada. Acompanhamento da realização das receitas. Apensamento às contas anuais.
Parecer Prévio n. 14/2017

MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA DO OESTE

Ausência de distorções relevantes ou indícios de irregularidades que ensejem a indicação pela rejeição das contas. Parecer prévio favorável à aprovação das contas.
Parecer Prévio n. 59/2022

Prestação de contas. Exercício de 2020. Cumprimento dos mandamentos constitucionais e legais relativos à educação. Equilíbrio orçamentário e financeiro. Aprovação.
Parecer Prévio n. 06/2022

Prestação de contas. Irregularidades graves. Insuficiência financeira. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 79/2019

Equilíbrio econômico-financeiro da gestão. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 22/2018

Prestação de contas. Aprovação com ressalvas. Irregularidades formais sem o condão de macular a presente prestação de contas.
Parecer Prévio n. 24/2017

Prestação de contas. Sem irregularidades. Aprovação.
Parecer Prévio n. 60/2016

Não atendimento ao pressuposto da Lei de Responsabilidade Fiscal. Aprovação com ressalvas
Parecer Prévio n. 03/2016

MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

Prestação de contas. Exercício de 2021. Equilíbrio orçamentário. Falhas formais de apresentação incorreta do demonstrativo dos benefícios tributários, financeiros e creditícios; de omissão de cobrança e de prescrição de créditos da dívida ativa; de descumprimento do Plano Nacional de

Educação, devido ao não atendimento de metas com prazos já vencidos e ao risco de não atendimento de metas vincendas. Aprovação.
Parecer Prévio n. 34/2022

Prestação de contas. Exercício de 2019. Equilíbrio orçamentário. Falhas de natureza formal. Aprovação.
Parecer Prévio n. 22/2020

Situação financeira positiva. Equilíbrio das contas. Falhas de natureza formal. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 48/2019

Prestação de contas. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 37/2019

Despesa com pessoal acima do limite estabelecido. Adequação. Equilíbrio orçamentário.
Parecer Prévio n. 47/2018

Aumento de despesas com pessoal nos últimos 180 (cento e oitenta) dias de mandato dentre outros. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 35/2017

Prestação de contas. Aprovação com ressalvas. Irregularidades formais que não inquinam juízo de reprovabilidade às contas prestadas.
Parecer Prévio n. 35/2016

Prestação de contas. Exercício de 2020. Equilíbrio orçamentário. Baixa arrecadação dos créditos da Dívida Ativa. Aprovação.
Parecer Prévio n. 42/2021

MUNICÍPIO DE ALVORADA DO OESTE

Prestação de contas. Irregularidades formais. Determinações. Aprovação.
Parecer Prévio n. 71/2022

Prestação de contas. Exercício de 2020. Ausência de irregularidades graves. Cumprimento dos mandamentos constitucionais e legais Insuficiência financeira. Determinações. Aprovação.
Perecer Prévio n. 72/2021

Prestação de contas. Irregularidades. Insuficiência financeira. Divergência de valores. Determinações. Não aprovação.
Perecer Prévio n. 78/2019

Irregularidades formais na auditoria no balanço geral. Aprovação com ressalvas.

Parecer Prévio n. 70/2018

Prestação de contas. Não aprovação. Os balanços e demonstrativos contábeis não reflete a realidade das movimentações orçamentária, financeira e patrimonial e outras irregularidades.
Parecer Prévio n. 07/2018

Situação orçamentária líquida deficitária lastreado por superávit financeiro do exercício anterior. Metas fiscais atingidas. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 24/2017

Equilíbrio orçamentário e financeiro. Cumprimento dos índices constitucionais de aplicação em saúde, educação e repasse financeiro ao poder legislativo municipal. Gestão fiscal atendeu aos pressupostos da lrf. Respeito ao limite percentual máximo para despesas com pessoal. Abertura de créditos adicionais com recursos fictícios, mitigada pela existência de saldo de dotação orçamentária. Alteração orçamentária excessiva, contudo, coerente com a loa e suas alterações. Irregularidades formais.
Parecer Prévio n. 16/2017

Cumprimento dos índices constitucionais de aplicação em saúde e educação. Identificação de irregularidades graves e formais.
Parecer Prévio n. 18/2017

Prestação de contas. Aprovação com ressalvas. Irregularidades formais sem o condão de macular a presente prestação de contas.
Parecer Prévio n. 41/2016

MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO

Déficit lastreado pelo superávit financeiro do exercício anterior. Cumprimento das metas fiscais de resultado nominal e primário. Irregularidades formais. Aprovação das contas.
Parecer Prévio n. 48/2022

Prestação de contas. Exercício de 2020. Situação orçamentária superavitária. Atendimento parcial dos indicadores e estratégias estabelecidos no Plano Nacional de Educação. Recomendações. Aprovação.
Parecer Prévio n. 73/2021

Prestação de contas anuais. Exercício de 2019. Situação orçamentária superavitária. Falhas de propriedade formal. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 26/2020

Equilíbrio das contas. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 48/2019

Prestação de contas. Irregularidades. Abertura ilegal de crédito orçamentário. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 50/2019

Ausência de irregularidades. Aprovação.
Parecer Prévio n. 18/2019

Prestação de contas anuais. Abertura de crédito adicional suplementar sem base legal. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 12/2018

Prestação de contas anuais. Equilíbrio das contas. Falhas formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 32/2018

Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas
Parecer Prévio n. 51/2016

MUNICÍPIO DE ARIQUEMES

Cumprimento dos índices constitucionais e legais com a educação, saúde, gastos com pessoal e repasse ao legislativo. Situação orçamentária, financeira e patrimonial superavitária. Irregularidades formais. Parecer favorável à aprovação das contas.
Parecer Prévio n. 72/2022

Prestação de contas. Exercício de 2020. Cumprimento dos índices constitucionais e legais. Situação orçamentária superavitária. Equilíbrio orçamentário. Irregularidades formais. Aprovação.
Parecer Prévio n. 79/2021

Prestação de contas anuais. Cumprimento dos índices constitucionais e legais. Situação orçamentária superavitária. Irregularidades formais. Déficit financeiro por fonte. Impropriedade graves. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 03/2020

Prestação de contas anuais. Exercício de 2018. Equilíbrio das contas. Falhas formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 64/2019

Não atingimento da meta de resultado nominal. Aprovação com ressalva.
Parecer Prévio n. 37/2016

MUNICÍPIO DE BURITIS

Situação orçamentária, financeira e patrimonial superavitária. Irregularidades formais. Aprovação das contas.
Parecer Prévio n. 49/2022

Prestação de contas anuais. Exercício de 2020. Cumprimentos dos índices constitucionais e legais. Equilíbrio orçamentário, financeiro e patrimonial. Falha. Aprovação.
Parecer Prévio n. 03/2022

Prestação de contas anuais. Exercício de 2019. Cumprimentos dos índices constitucionais e legais. Situação orçamentária superavitária. Falha de natureza formal. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 31/2020

Prestação de contas anuais. Exercício de 2018. Equilíbrio das contas. Falha de natureza formal. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 47/2019

Prestação de contas anuais. Equilíbrio das contas. Falha de natureza formal. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 42/2018

Cumprimento dos índices constitucionais e legais. Situação orçamentária líquida superavitária. Equilíbrio financeiro. Superavaliação de ativos.
Parecer Prévio n. 22/2017

Cobrança judicial administrativa insatisfatória. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n 33/2016

MUNICÍPIO DE CABIXI

Não atendimento dos indicadores e estratégias estabelecidas no Plano Nacional de Educação. Recomendações. Aprovação das contas.
Parecer Prévio n. 40/2022

Prestação de contas. Exercício de 2020. Atendimento parcial dos indicadores, estratégias e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação. Impropriedades de caráter formal, sem evidência de dano e sem repercussão generalizada. Aprovação.
Parecer Prévio n. 53/2021

Prestação de contas anual. Exercício de 2019. Déficit orçamentário lastreado pelo superávit financeiro do exercício anterior. Falhas de natureza formal. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 48/2020

Inconsistências das informações contábeis. Irregularidades que não inquinam as contas. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 28/2019

Irregularidade da demonstração contábil. Não atingimento do resultado primário. Regular com ressalvas.

Parecer Prévio n. 38/2018

Limites fiscais atendidos. Repasse de recursos ao poder legislativo. Aprovação com Ressalvas.
Parecer Prévio n. 58/2016

MUNICÍPIO DE CACAULÂNDIA

Regularidade na gestão e nos balanços orçamentário. Irregularidades de natureza formal. Aprovação das contas.
Parecer Prévio n. 44/2022

Prestação de contas. Exercício de 2020. Irregularidades de natureza formal, sem repercussão generalizada. Atendimento parcial dos indicadores, estratégias e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação. Aprovação.
Parecer Prévio n. 56/2021

Prestação de contas anuais. Exercício de 2018. Situação orçamentária superavitária. Falhas de natureza formal. Déficit financeiro. Impropriedade grave. Dois responsáveis. Separação das contas. Aprovação. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 25/2020

Agentes políticos. Cumulação de subsídio com remuneração do cargo efetivo. Vedação.
Parecer Prévio n. 59/2018

Divergência na demonstração dos fluxos de caixa. Divergência no saldo das contas do Fundeb. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 41/2018

Não atingimento da meta de resultado primário e nominal. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 38/2016

MUNICÍPIO CACOAL

Inobservância às vedações no período da pandemia de covid-19. Existência de irregularidades formais. Parecer favorável à aprovação das contas. Determinações.
Parecer Prévio n. 51/2022

Prestação de Contas. Irregularidades formais. Não atingimento dos resultados nominal e primário Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 30/2021

Prestação de Contas. Exercício de 2020. Irregularidades formais de não atendimento das metas do Plano Nacional de Educação. Aprovação.
Parecer Prévio n. 46/2021

Não atingimento da meta de resultado primário. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 46/2019

Superavaliação ou subavaliação de ativos ou passivos. Equilíbrio das contas.
Parecer Prévio n. 21/2017

Inconsistência no saldo do resultado patrimonial. Não atingimento dos resultados nominal e primário. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 27/2016

MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI

Prestação de contas do chefe do poder executivo municipal. Exercício de 2020. Extrapolação do limite legal da despesa total com pessoal. Insuficiência financeira para a cobertura das obrigações financeiras no encerramento do exercício. Contas com mais de um responsável requer a emissão de parecer prévio individualizado. Não aprovação das contas relativas ao primeiro período. Aprovação das contas relativas ao segundo período.
Parecer Prévio n. 19/2022

Prestação de contas do chefe do poder executivo municipal. Exercício de 2019. Dois responsáveis. Extrapolação do limite legal da despesa total com pessoal. Aprovação das contas relativas ao primeiro período. Não aprovação das contas relativas ao segundo período.
Parecer Prévio n. 14/2022

Análise da Legalidade de Despesa - Convertida em Tomada de Contas Especial
Parecer Prévio n. 02/2019

Prestação de contas do chefe do poder executivo municipal. Exercício de 2017. Dois responsáveis. Extrapolação do limite legal da despesa total com pessoal. Aprovação das contas relativas ao primeiro período. Não aprovação das contas relativas ao segundo período.
Parecer Prévio n. 13/2019

Demonstrações contábeis escorreitas. Extrapolação do limite de despesas com pessoa atenuada. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 66/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

Prestação De Contas Anual. Contas De Governo. Exercício de 2019. Cumprimento dos índices constitucionais e legais com o FUNDEB, saúde, gastos com pessoal e repasse ao legislativo. Auditoria no balanço geral do município. Auditoria na execução do Orçamento e Gestão Fiscal. Subsistência de

Irregularidades. Ausência de pagamento integral das contribuições e parcelamentos previdenciários. Realização de Despesas sem prévio empenho, que gerou a subavaliação dos gastos com pessoal. Existência de dois Chefes Do Poder Executivo Municipal no Exercício De 2019, em períodos distintos. Parecer prévio pela desaprovação das contas do primeiro mandatário e favorável à aprovação, com ressalvas, das contas do segundo gestor.
Parecer Prévio n. 02/2023

Cumprimento Dos Índices Constitucionais E Legais Com A Educação, Saúde, Gastos Com Pessoal E Repasse Ao Legislativo. Irregularidades Formais. Aprovação.
Parecer Prévio n. 69/2022

Prestação de contas anuais. Exercício de 2020. Cumprimento dos índices e limites constitucionais e legais. Equilíbrio orçamentário, patrimonial e financeiro. Aprovação.
Parecer Prévio n. 02/2022

Prestação de contas anuais. Exercício de 2018. Déficit financeiro. Desequilíbrio das contas. Impropriedades graves. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 08/2020

Omissão no recolhimento das contribuições previdenciárias no exercício. Inadimplemento dos reparcelamentos previdenciários. Irregularidades graves. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 21/2018

Gasto com pessoal acima do limite máximo permitido. Renúncia de receita. Desequilíbrio das contas. Impropriedades graves. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 77/2018

Situação orçamentária deficitária. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 43/2016

MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS

Prestação de contas de governo. Exercício de 2020. Cumprimento dos índices e limites constitucionais e legais. Falhas formais de não atendimento das metas do Plano Nacional de Educação. Aprovação.
Parecer Prévio n. 66/2021

Prestação de contas de governo. Exercício de 2019. Superavaliação de caixa. Subavaliação de provisões matemáticas. Não-atendimento de determinações da corte. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 39/2020

Inconsistência de informações contábeis. Aprovação com ressalvas.

Parecer Prévio n. 65/2019

Inconsistências nas informações contábeis. Repasse ao poder legislativo acime do limite legal. Mitigação. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 39/2018

Insuficiência financeira para cobrir obrigações. Irregularidades. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 17/2018

Não atingimento do resultado nominal. Arrecadação inexpressiva da dívida ativa. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 26/2016

MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prestação de contas. Exercício de 2021. Não atendimento a parte das metas no Plano Nacional de Educação. Irregularidades formais podendo ser corrigidas ao longo das gestões seguintes. Aprovação.
Parecer Prévio n. 52/2021

Prestação de contas. Exercício de 2018. Inconsistências das informações contábeis. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 44/2019

Resultados da execução financeira e patrimonial superavitários. Equilíbrio econômico-financeiro da gestão.
Parecer Prévio n. 26/2017

Equilíbrio econômico. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 44/2016

MUNICÍPIO DE COLORADO D'OESTE

Prestação de contas. Exercício de 2020. Não cumprimento de parte das metas no Plano Nacional de Educação. Irregularidades formais podendo ser corrigidas ao longo das gestões seguintes. Aprovação.
Parecer Prévio n. 51/2021

Prestação de contas de governo. Exercício de 2019. Orçamento líquido deficitário. Déficit mitigado pelo superávit financeiro do exercício anterior. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 29/2020

Inconsistências das informações contábeis. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 42/2019

Insuficiência financeira para cobertura das obrigações. Despesa com pessoal acima do limite máximo. Não atingimento da meta de resultado primário. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 48/2018

Prestação de contas. Exercício de 2016. Irregularidade formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 71/2016

MUNICÍPIO DE CORUMBIARA

Prestação de contas. Exercício de 2020. Regularidade da gestão das finanças públicas. Atendimento parcial dos indicadores, estratégias e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação. Irregularidades formais. Aprovação.
Parecer Prévio n. 55/2021

Prestação de contas. Exercício de 2018. Inconsistências das informações contábeis. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 41/2019

Resultados da execução financeira e patrimonial superavitários. Equilíbrio econômico financeiro da gestão. Cumprimento dos índices com despesas da educação e saúde. Repasse de recursos ao poder legislativo. Legalidade. Gestão fiscal. Limites fiscais atendidos.
Parecer Prévio n. 81/2016

MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES

Ausência de distorções relevantes ou indícios de irregularidades que ensejem a indicação pela rejeição das contas. Parecer prévio favorável à aprovação das contas.
Parecer Prévio n. 60/2022

Cumprimento dos índices constitucionais e legais. Adequação da situação contábil, orçamentária, financeira e patrimonial. Existência de irregularidades formais na auditoria no balanço geral do município (BGM) e na execução do orçamento e gestão fiscal.
Parecer Prévio n. 20/2021

Irregularidades formais no balanço geral do município. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 70/2019

Irregularidades contábeis de cunho formal. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 46/2018

Prestação de contas. Não aprovação. Déficits orçamentário e financeiro por fonte de recursos e outras irregularidades
Parecer Prévio n. 10/2018

Prestação de contas. Não aprovação. Desequilíbrio das contas públicas, déficit financeiro agravado pela inscrição de despesas em restos a pagar, outras irregularidades
Parecer Prévio n. 06/2017

Desequilíbrio das contas públicas, não cumprimento dos índices legais e constitucionais com a valorização do magistério e serviços da saúde, não efetiva arrecadação de todos os tributos. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 70/2016

Déficit orçamentário. Irregularidades graves. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 23/2016

Atos de gestão ilegítimos e antieconômicos. Dano ao erário. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 07/2016

Prestação de Contas. Exercício de 2020. Aprovação.
Parecer Prévio n. 38/2021

MUNICÍPIO DE CUJUBIM

Cumprimento das obrigações previdenciárias e das metas fiscais de resultado nominal e primário. Irregularidades formais. Parecer favorável à aprovação das contas.
Parecer prévio n. 47/2022

Prestação de contas anuais. Exercício de 2020. Situação orçamentária superavitária. Atendimento parcial dos indicadores e estratégias estabelecidos no Plano Nacional de Educação. Falhas de natureza formal. Equilíbrio Financeiro. Aprovação.
Parecer Prévio n. 75/2021

Prestação de contas anuais. Exercício de 2019. Situação orçamentária superavitária. Falhas de natureza formal. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 42/2020

Equilíbrio financeiro. Cumprimento dos limites constitucionais com a educação e com a saúde. Despesa com pessoal abaixo do limite máximo estabelecido. Falhas formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 72/2019

Prestação de contas anuais. Equilíbrio das contas. Falhas formais. Aprovação das contas.
Parecer prévio n. 31/2018

Irregularidades de registro contábil. Divergência entre demonstrativos contábeis. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 16/2018

Prestação de contas. Não aprovação. Excessiva alteração orçamentária, dano ao erário comprovado e outras irregularidades graves.
Parecer Prévio n. 34/2016

Equilíbrio financeiro. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 22/2016

Prestação de contas anuais. Despesa com pessoal acima do limite legal. Existência de diversas irregularidades de registro contábil. Não aprovação. Determinação.
Parecer Prévio n. 16/2016

MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA

Cumprimento dos índices constitucionais e legais com a educação, saúde, gastos com pessoal e repasse ao legislativo. Aprovação das contas.
Parecer Prévio n. 63/2022

Tomada de contas especial. Verificada a ocorrência de vícios formais e desrespeito a disposições da Lei 8.666/93. Dano ao erário irregularidade. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 05/2022

Prestação de contas. Exercício de 2020. Não atendeu parte dos indicadores e estratégias estabelecidos no Plano Nacional de Educação. Aprovação.
Parecer Prévio n. 50/2021

Prestação de contas anual. Exercício de 2020. Situação orçamentária superavitária. Ausência de irregularidades. Aprovação.
Parecer Prévio n. 32/2020

Tomada de contas especial. Análise de contratos. Execução parcial. Dano ao erário irregularidade.
Parecer Prévio n. 03/2019

Tomada de contas especial. Atraso no pagamento de faturas de consumo de energia elétricas e parcelamentos de débitos assumidos pelo município com a empresa concessionária.
Parecer Prévio n. 06/2019

Equilíbrio econômico. Ausência de irregularidade. Aprovação.
Parecer Prévio n. 29/2019

Equilíbrio financeiro da gestão. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 59/2016

MUNICÍPIO DE ESPIGÃO DO OESTE

Irregularidades formais. Parecer prévio pela aprovação das contas. Resolução n. 278/19.
Parecer Prévio n. 64/2022.

Prestação de contas de governo. Exercício de 2020. Aprovação.
Parecer Prévio n. 36/2021

Prestação de contas de governo. Exercício de 2019. Excessiva alteração orçamentária. Falhas de natureza formal. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 28/2020

Equilíbrio financeiro. Ausência de irregularidade. Aprovação.
Parecer Prévio n. 30/2019

Não atendimento aos requisitos para a elaboração dos instrumentos de planejamento. Realização de renúncia de receita sem atendimento ás disposições legais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 49/2018

Cumprimento dos índices da educação e saúde. Repasse de recursos ao poder legislativo. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 63/2016

MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM

Prestação de contas de governo. Exercício de 2021. Cumprimento dos índices constitucionais. Equilíbrio do orçamento de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Despesa com pessoal no limite legal. Irregularidades formais. Ausência de cumprimento de determinações da corte de contas. Aprovação.
Parecer Prévio n. 03/2023

Prestação de contas de governo. Exercício de 2019. Cumprimento dos índices constitucionais. Aprovação.
Parecer Prévio n. 07/2022

Prestação de contas. Exercício de 2020. Despesa total com pessoal em percentual superior a 51,30% da RCL. Cumprimento dos índices constitucionais e as regras de fim de mandato. Aprovação.
Parecer Prévio n. 63/2021

Equilíbrio econômico-financeiro de gestão. Extrapolação do limite legal da despesa total com pessoal. Aprovação com ressalvas.

Parecer Prévio n. 74/2018

Déficit financeiro. Extrapolação do limite de despesa com pessoal. Desequilíbrio financeiro. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 78/2016

MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA

Prestação de contas anual. Contas de governo. Resultados orçamentários e financeiros superavitários. Aprovação.
Parecer Prévio n. 54/2022

Prestação de contas. Exercício de 2020. Irregularidades formais. Subavaliação do saldo contábil da conta "Provisões Matemáticas". Inconsistência na apuração das metas fiscais (resultados primário e nominal). Aprovação.
Parecer Prévio n. 49/2021

Prestação de contas. Ausência de irregularidade. Aprovação.
Parecer Prévio n. 49/2019

Situação liquida e orçamentária deficitárias. Insuficiência de recursos livres. Ineficiência na cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 64/2018

Prestação de contas anuais. Inconsistências nos demonstrativos. Desequilíbrio das contas. Situação financeira deficitária. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 20/2018

Insatisfatória a cobrança administrativa e judicial da dívida ativa. As divergências nos saldos da dívida ativa e no passivo exigível. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 67/2016

MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE

Cumprimento dos índices constitucionais e legais. Parecer prévio pela aprovação das contas.
Parecer Prévio n. 66/2022

Prestação de contas de governo. Exercício de 2020. Não atendimento dos limites constitucionais e legais na aplicação dos recursos públicos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Situação orçamentária superavitária. Falhas de natureza formal. Aprovação.
Parecer Prévio n. 22/2022

Prestação de contas de governo. Exercício de 2019. Situação orçamentária superavitária. Falhas de natureza formal. Aprovação com ressalvas.

Parecer Prévio n. 35/2020

Prestação de contas do governo. Executivo municipal. Demonstrações contábeis. Execução orçamentária. Parâmetros constitucionais.
Parecer Prévio n. 71/2019

Extrapolação do limite legal da despesa total com pessoal. Irregularidades que inquina as contas. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 54/2018

Não atendimento aos pressupostos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Extrapolação do limite de despesas com pessoal atenuada. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 46/2016

MUNICÍPIO DE JARU

Prestação de contas. Exercício de 2021. Demonstrações Contábeis que representam adequadamente os resultados do exercício. Cumprimentos dos parâmetros constitucionais e fiscais conduzem as Contas à aprovação. Aprovação.
Parecer Prévio n. 37/2022

Prestação de contas. Exercício de 2020. Baixa arrecadação da dívida ativa. Aprovação.
Parecer Prévio n. 47/2021

Prestação de contas. Ausência de irregularidades. Aprovação.
Parecer Prévio n. 33/2019

Prestação de contas anuais. Inconsistência nos demonstrativos. Situação financeira deficitária. Impropriedades graves. Não aprovação.
Parecer Prévia n. 15/2018

Prestação de contas. Aprovação com ressalvas. Irregularidades formais
Parecer Prévio n. 66/2018

Inconsistências nos demonstrativos financeiros e patrimoniais. Déficit financeiro. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 76/2016

Prestação de contas de governo. Baixa arrecadação da dívida ativa. Falhas de natureza formal. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 24/2020

MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ

Tomada de contas especial. Município. Contratações diretas baseadas em emergência ficta. Ausência de planilha de custos e formação de preços. Ausência de dano ao erário.
Parecer Prévio n. 75/2022

Falhas formais de existência de saldo do FUNDEB em contas bancárias diferente da conta única e específica. Determinações. Aprovação das contas.
Parecer Prévio n. 41/2022

Prestação de Contas. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 29/2021

Prestação de contas. Exercício de 2020. Aprovação.
Parecer Prévio n. 35/2021

Prestação de contas. Irregularidades formais. Aprovação.
Parecer Prévio n. 39/2019

Ausência de achados na auditoria, no balanço geral do município e na execução do orçamento e gestão fiscal. Aprovação.
Parecer Prévio n. 35/2018

Prestação de contas. Não aprovação. O Município não atingiu as metas fiscais dos Resultados Nominal e Primário, aumento de despesa com pessoal nos últimos 180 dias e outras irregularidades
Parecer Prévio n. 06/2018

Situação orçamentaria líquida deficitária. Cobrança de dívida ativa não satisfatória. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 23/2017

Prestação de contas. Aprovações com ressalvadas. Irregularidades formais, podendo ser corrigidas ao longo das gestões seguintes.
Parecer Prévio n. 48/2016

Despesa com pessoal abaixo do limite máximo estabelecido pela LRF. Regularidade no repasse financeiro ao Poder Legislativo. Impropriedades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 17/2016

Despesa com pessoal abaixo do limite máximo estabelecido pela LRF. Regularidade no repasse financeiro ao Poder Legislativo. Impropriedades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 09/2016

MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE

Cumprimento de obrigações previdenciárias e das metas fiscais de resultado nominal e primário. Irregularidades formais. Aprovação das contas.
Parecer prévio n. 46/2022

Recurso de Reconsideração. Disponibilidade de caixa suficiente para a cobertura das obrigações financeiras. Equilíbrio fiscal. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 24/2022

Prestação de Contas. Exercício de 2020. Situação financeira superávit. Equilíbrio das contas. Irregularidades formais. Aprovação.
Parecer Prévio n. 81/2021

Situação financeira positiva. Equilíbrio das contas. Falha forma. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 52/2019

Inconsistência nas demonstrações contábeis. Ausência do recolhimento das contribuições previdenciárias. Situação deficitária. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 24/2019

Despesa com pessoas acima do limite legal. Impropriedades contábeis. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 10/2019

Inconsistências nas demonstrações contábeis. Desequilíbrio do RPPS. Renúncia de receita. Não atingimento das metas de resultado nominal. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 51/2018

Cobrança judicial e administrativa não satisfatória da dívida ativa. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 61/2016

Prestação de contas. Aprovações com ressalvadas. Irregularidades formais, podendo ser corrigidas ao longo das gestões seguintes.
Parecer Prévio n. 10/2016

MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA

Inobservância às vedações no período da pandemia de covid-19. Existência de irregularidades formais. Aprovação das contas.
Parecer Prévio n. 45/2022

Prestação de contas. Existência de falhas formais de não atendimento das metas do Plano Nacional de Educação. Baixa arrecadação de créditos. Aprovação.

Parecer Prévio n. 40/2021

Extrapolação do limite máximo de gasto para despesa com pessoal. Não recondução. Execução sem prévio empenho. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 75/2018

Divergência no saldo das contas estoque. Despesa com pessoal acima do limite máximo. Atenuação. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 65/2016

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

Prestação de contas. Resultados Orçamentários e Financeiros Superavitários. Déficit Financeiro Justificado do Balanço Patrimonial. Exclusão de Despesas do FUNDEB utilizadas fora do Regramento Legal. Cumprimento dos Índices Constitucionais e Legais Com MDE, saúde e repasse ao Legislativo. Respeito aos limites fiscais. Cumprimento das Obrigações Previdenciárias. Aprovação.
Parecer Prévio n. 06/2023

Tomada de Contas Especial. Atos omissivos. Ausência de monitoramento das atividades de seus subordinados. Imputação de débito. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 23/2022

Prestação de contas de governo. Exercício de 2019. Equilíbrio financeiro. Diminuto déficit financeiro por fonte. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 38/2020

Prestação de contas. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 67/2019

Prestação de contas. Aprovações com ressalvadas. Irregularidades formais, podendo ser corrigidas ao longo das gestões seguintes.
Parecer Prévio n. 43/2018

Inconsistências nos demonstrativos das execuções orçamentárias, financeiras e patrimoniais. Impropriedade grave. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 04/2018

Inconsistências nos demonstrativos das execuções orçamentária, financeira e patrimonial. Não aplicação dos recursos da educação.
Parecer Prévio n. 07/2017

Descumprimento de determinações da corte. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 32/2016

Inconsistências nos demonstrativos contábeis e patrimonial. Irregularidades graves. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 25/2016

MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO

Deficiência na disponibilidade de documentos e informações no portal da transparência. Excesso de alterações orçamentárias nas fontes previsíveis. Inconsistência metodológica na apuração do resultado primário e nominal. Não implementação de estratégias do plano nacional de educação. Baixa efetividade da arrecadação dos créditos inscritos em dívida ativa. Impropriedades não generalizadas.
Parecer Prévio n. 52/2022

Prestação de contas. Exercício de 2020. Baixa arrecadação dos créditos de Dívida Ativa. Determinações para correções e prevenções. Aprovação.
Parecer Prévio n. 48/2021

Prestação de contas anuais. Situação orçamentária superavitária. Déficit financeiro por fonte. Irregularidade. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio 09/2020

Prestação de contas. Não aprovação. Despesa com pessoal ultrapassou o limite legal da LRF, déficit financeiro, divergência de dados entre sigap contábil e demonstrativos contábeis.
Parecer Prévio n. 68/2018

Prestação de contas anuais. Situação financeira deficitária. Desiquilíbrio das contas. Impropriedades graves. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 11/2018

Superestimação da receita orçamentaria. Excessiva alteração do orçamento. Inobservância de determinações deste Tribunal. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 29/2016

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE

Ausência de distorções relevantes ou indícios de irregularidades que ensejem a indicação pela rejeição das contas. Parecer prévio favorável à aprovação das contas.
Parecer Prévio n. 73/2022

Prestação de contas. Exercício de 2020. Equilíbrio fiscal e orçamentário. Não atendimento as determinações exaradas em exercícios anteriores. Aprovação.
Parecer Prévio n. 38/2019

Prestação de contas. Ausência de irregularidade. Aprovação.

Parecer Prévio n. 38/2019

Tomada de contas especial. Administrativo. Ausência e atraso de repasse da contribuição previdenciária retida dos servidores públicos.
Parecer Prévio n. 04/2019

Irregularidades formais na auditoria no balanço geral do município e na execução de orçamento e gestão fiscal. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 45/2018

Cobrança insatisfatória dos títulos inscritos em dívida ativa. Controle interno insuficiente. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 13/2018

Prestação de contas. Aprovações com ressalvadas. Irregularidades formais, podendo ser corrigidas ao longo das gestões seguintes.
Parecer Prévio n. 42/2016

MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ

Irregularidades formais que não possuem o condão de inquinar as contas. Ausência de cumprimento de determinações desta corte de contas. Reiterações. Novas determinações.
Parecer Prévio n. 70/2022

Prestação de contas. Exercício de 2020. Deficiências e impropriedades identificadas não comprometem os objetivos gerais de governança pública. Aprovação.
Parecer Prévio n. 43/2021

Disponibilidade de caixa por fonte de recursos negativa. Insuficiência mitigada. Esforço da administração na busca do equilíbrio financeiro.
Parecer Prévio n. 19/2021

Disponibilidade insuficiente para lastrear os compromissos assumidos. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 63/2019

Inobservância dos princípios constitucionais e legais. Desequilíbrio econômico e financeiro da gestão. Insuficiência financeira.
Parecer Prévio n. 73/2018

Cumprimento dos índices constitucionais de aplicação em saúde, educação e repasse ao poder legislativo. Equilíbrio orçamentário e financeiro.
Parecer Prévio n. 02/2017

Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.

Parecer Prévio n. 54/2016

MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO

Cumprimento dos índices constitucionais e legais com a educação, saúde, gastos com pessoal e repasse ao legislativo. Irregularidades formais. Determinações. Parecer prévio pela aprovação das contas.
Parecer Prévio n. 76/2022

Prestação de contas. Exercício de 2020. Determinação ao gestor para o cumprimento metas, estratégias e indicadores constantes no Plano Nacional de Educação – PNE. Equilibro financeiro. Aprovação.
Parecer Prévio n. 62/2021

Prestação de contas. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 56/2019

Irregularidades formais, podendo ser corrigidas ao longo das gestões seguintes. Determinações e alertas para correções, prevenções e informe das medidas adotadas sob pena de aplicação de multa. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 65/2018

Exercício financeiro de 2016. Final de mandato. Execuções orçamentária, financeira e patrimonial regulares. Situação orçamentária líquida superavitária. Equilíbrio financeiro.
Parecer Prévio n. 29/2017

Divergência entre valores apurados e os apresentados. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 30/2016

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

Prestação de Contas. Exercício de 2020. Ressalvas quanto as metas do Plano Nacional de Educação-PNE. Aprovação.
Parecer Prévio n. 45/2021

Irregularidade formal quanto a elaboração e divulgação de informações contábeis. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 54/2019

Despesa com pessoal acima do limite máximo. Redução dos repasses do FPM. Fato atípico. Insuficiência financeira. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 72/2019

Insuficiência financeira. Despesa com pessoal acima do limite máximo. Redução dos repasses do FPM. Fato atípico. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 72/2018

Insuficiência financeira para cobrir obrigações. Irregularidades. Não aprovação.
Parecer prévio n. 14/2018

Não atingimento do resultado primário. Excessivas alterações no orçamento. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 47/2016

MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE

Cumprimento dos índices constitucionais e legais com saúde e repasse ao legislativo. Respeito aos limites fiscais. Irregularidades formais. Aprovação.
Parecer Prévio n. 56/2022
Prestação de contas de governo. Exercício de 2020. Irregularidades. Distorções materialmente relevantes. Inconsistência na movimentação financeira dos recursos do FUNDEB. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 10/2022

Prestação de Contas. Existência de desequilíbrio financeiro. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 28/2021

Prestação de contas de governo. Exercício de 2018. Irregularidades graves. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 17/2020

Prestação de contas. Aprovações com ressalvadas. Irregularidades formais, podendo ser corrigidas ao longo das gestões seguintes.
Parecer Prévio n. 12/2019

Cobrança administrativa e judicial insatisfatória. Divergência contábil. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 77/2016

MUNICÍPIO DE PARECIS

Edição de ato que aumenta a despesa com pessoal em período vedado. Rejeição das contas.
Parecer Prévio n. 62/2022

Prestação de contas. Poder executivo municipal de Parecis/RO. Exercício de 2021. Parecer prévio pela aprovação das contas.

Parecer Prévio n. 61/2022

Prestação de contas de governo. Exercício de 2020. Aprovação.
Parecer Prévio n. 39/2021

Prestação de contas de governo. Exercício de 2019. Baixa arrecadação dos créditos inscritos na dívida ativa. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 43/2020

Cumprimento dos índices e limites constitucionais e legais. Insuficiência financeira para cobertura das obrigações. Não aprovação. Determinações.
Parecer Prévio n. 05/2020

Cumprimento dos índices constitucionais e legais. Falhas formais de inconsistência de informações contábeis. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 61/2019

Excesso de alterações orçamentárias. Mitigação. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 40/2018

Prestação de contas. Aprovações com ressalvadas. Irregularidades formais, podendo ser corrigidas ao longo das gestões seguintes.
Parecer Prévio n. 41/2017

Divergência no saldo do déficit financeiro apurado e o registrado no balanço patrimonial. Não tingimento da meta de resultado nominal. Impropriedade formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 57/2016

MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO

Situação orçamentária, financeira e patrimonial superavitária. Irregularidades formais. Parecer prévio pela aprovação das contas.
Parecer Prévio n. 42/2022

Prestação de contas. Exercício de 2020. Regularidade da gestão das finanças públicas. Atendimento parcial dos indicadores, estratégias e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação. Aprovação.
Parecer Prévio n. 54/2021

Prestação de contas de governo. Exercício de 2019. Situação orçamentária superavitária. Ausência de irregularidades. Aprovação.
Parecer Prévio n. 47/2020

Não atingimento do resultado primário. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 45/2019

Prestação de contas. Exercício de 2016. Resultados da execução financeira e patrimonial superavitários. Equilíbrio econômico-financeiro da gestão.
Parecer Prévio n. 25/2017

Déficit orçamentário. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 72/2016

MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE

Prestação de contas. Poder executivo municipal de Pimenteiras do Oeste/RO. Exercício de 2021. Parecer prévio pela aprovação das contas.
Parecer Prévio n. 65/2022

Prestação de contas anual. Exercício de 2019. Não-atingimento das metas fiscais de resultado primário e nominal. Falhas de natureza formal. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 43/2020

Excesso de alterações orçamentárias. Não atendimento das determinações de exercícios anteriores. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 37/2018

Déficit orçamentário. Abertura de crédito com superárvit financeiro. Resultados da execução financeira e patrimonial superavitários. Equilíbrio econômico-financeiro da gestão. Cumprimento dos índices com despesas da educação e saúde. Repasse de recursos ao poder legislativo. Legalidade. Gestão fiscal. Despesa com pessoal. Limite atendido.
Parecer Prévio n. 80/2016

MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA

Prestação de Contas. Exercício de 2020. Execução orçamentária equilibrada. Ausência de impropriedades que possam macular as presentes contas. Aprovação.
Parecer Prévio n. 09/2022

Inconsistência das informações contábeis. Irregularidade formal. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 61/2019

Tomada de contas especial. Irregularidades: pagamentos por serviços não executados (recuperação de estradas vicinais).
Parecer Prévio n. 05/2019

Ausência de irregularidades. Aprovação.
Parecer Prévio n. 57/2018

Balanço Geral do Município e pelo relatório sobre a execução dos orçamentos.
Parecer Prévio n. 27/2017

Divergências contábeis. Não atingimento do resultado nominal. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 52/2016

MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Tomada de Contas Especial. Auditoria de Fraude Investigativa. Operação Vórtice. Contratação de máquinas e veículos. Execução Contratual. Inadequado Controle de Horas-Máquina. Dados Inverossímeis. Dano ao Erário. Irregularidades na liquidação da Despesa. Prescrição da Pretensão Punitiva e Ressarcitória. Não prejuízo do Julgamento das Contas. Não Aprovação.
Parecer Prévio n. 05/2023

Tomada de Contas Especial. Acórdão APL-TC 2083/16. Omissão na implantação e acompanhamento de controles relativos ao serviço de horas-máquina. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 12/2022

Prescrição da pretensão punitiva. Tomada de contas especial irregular sem débito.
Parecer Prévio n. 08/2019

Contas de governo. Prestação do chefe do poder executivo municipal. Exercício de 2017. Equilíbrio econômico-financeiro da gestão. Cumprimento dos índices de educação, de saúde e de repasse ao poder legislativo. Limites fiscais atendidos.
Parecer Prévio n. 11/2019

Equilíbrio financeiro. Desequilíbrio orçamentário, desconsiderado em razão de não ter sido submetido ao contraditório. Cumprimento dos índices constitucionais de aplicação em saúde, educação e repasse financeiro ao poder legislativo municipal. Gestão fiscal atendeu aos pressupostos da LRF. Respeito ao limite percentual máximo para despesas com pessoal.
Parecer Prévio n. 15/2017

Aumento Vegetativo da Folha de Pagamento. Observância do art. 21, parágrafo único, da LRF.
Parecer Prévio n. 19/2017

Não aplicação do percentual mínimo de 25% de despesas com a Manutenção do Desenvolvimento de Ensino – MDE. Divergência de registros e anotações nos documentos contábeis. Não aprovação das contas.

Parecer Prévio n. 13/2016

Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 75/2016
Parecer Prévio n. 12/2016

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI

Inconsistência metodológica na apuração do resultado primário e nominal. Não implementação de estratégias do plano nacional de educação. Baixa efetividade da arrecadação dos créditos inscritos em dívida ativa. Impropriedades não generalizadas.
Parecer Prévio n. 53/2022

Prestação de Contas. Exercício de 2020. Cumprimento dos índices constitucionais e legais. Cumprimento das regras de fim de mandato. Irregularidades formais. Aprovação.
Parecer Prévio n. 80/2021

Cumprimento dos índices constitucionais e legais. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 55/2019

Prestação de contas. Aprovações com ressalvadas. Irregularidades formais, podendo ser corrigidas ao longo das gestões seguintes.
Parecer Prévio n. 69/2018

Prestação de contas anuais. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 05/2018

Divergência contábil. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 56/2016

Excessiva alteração orçamentária. Abertura de créditos adicionais com recursos fictícios. Irregularidades graves. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 05/2016

MUNICÍPIO DE RIO CRESPO

Cumprimento dos índices constitucionais e legais. Parecer prévio pela aprovação das contas. Determinações e alertas.
Parecer Prévio n. 68/2022

Prestação de Contas. Exercício de 2020. Cumprimento dos limites constitucionais e legais na aplicação dos recursos públicos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Despesa com pessoal acima do limite máximo permitido. Desequilíbrio das contas. Impropriedades graves. Não aprovação.
Parecer prévio n. 20/2022

Despesa com pessoal acima do limite máximo permitido. Desequilíbrio das contas. Impropriedades graves. Não aprovação.
Parecer prévio n. 52/2018

Não atingimento da meta de Resultado Nomina. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 50/2016

Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 21/2016

MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

Prestação De Contas Anual. Contas De Governo. Cumprimento Dos Índices Constitucionais E Legais Com Educação, Saúde, Repasse Ao Legislativo E Gastos Com Pessoal. Situação Líquida Orçamentária, Financeira E Patrimonial Superavitárias. Baixa Arrecadação Da Dívida Ativa. Inobservância Às Vedações No Período Da Pandemia De Covid-19. Existência De Irregularidades Formais. Parecer favorável. Aprovação Das Contas.
Parecer Prévio n. 01/2023

Prestação de contas anuais. Exercício de 2020. Cumprimento dos índice e limites constitucionais e legais. Insuficiência financeira para cumprimento de obrigações assumidas e aumento de despesas com pessoal nos últimos 180 dias de mandato. Emissão de Parecer Prévio individualizado para cada um dos períodos de gestão afetos a cada prefeito. Prefeito Municipal no período de 1º/1 a 24/5/2020 e de 21/7 a 28/9/2020. Reprovada. Prefeito Municipal no período de 25/5 a 20/7/2020. Aprovada.
Parecer Prévio n. 33/2022

Prestação de contas anuais. Exercício de 2019. Cumprimento dos índice e limites constitucionais e legais. Não atendimento ao princípio do equilíbrio das contas públicas, uma vez que restou demonstrada a insuficiência financeira, por fonte de recursos, para pagamento de obrigações assumidas até 31/12/2019. Inadequação quanto à gestão previdenciária do RPPS, devido ao não recolhimento integral das contribuições previdenciárias, dos segurados e patronais. Reprovada.
Parecer Prévio n. 01/2022

Prestação de contas anuais. Exercício de 2019. Cumprimento dos índice e limites constitucionais e legais. Pluralidade de gestores. Necessidade de individualização de conduta. Falhas formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 51/2019

Déficit financeiro. Ausência de repasses ao RPPS. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 76/2018

Observância do Equilíbrio Econômico-Financeiro da Gestão. Cumprimento dos índices de Educação e Saúde e de repasse ao Poder Legislativo.
Parecer Prévio n. 03/2017

MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO OESTE

Existência de irregularidades formais. Parecer favorável à aprovação das contas. Determinações.
Parecer Prévio n. 55/2022

Prestação de contas. Exercício de 2020. Falhas formais de não atendimento das metas do plano nacional de educação. Equilíbrio orçamentário e financeiro. Falhas de natureza formal. Aprovação.
Parecer Prévio n. 67/2021

Prestação de contas anual. Exercício de 2019. Equilíbrio orçamentário e financeiro. Falhas de natureza formal. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 30/2020

Ausência de irregularidades. Aprovação.
Parecer Prévio n. 58/2018

Subavaliação da receita orçamentária. Inefetividade da arrecadação de receitas tributárias. Excessivas alterações no orçamento. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 18/2018

Excessivas alterações no orçamento. Abertura de créditos adicionais sem fonte de recursos, atenuada em razão do saldo de dotações orçamentárias. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 53/2016
Parecer Prévio n. 54/2016

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUARPORÉ

Prestação de Contas. Exercício de 2021. Cumprimento dos índices e limites constitucionais e legais. Situação líquida orçamentária, financeira e patrimonial superavitárias. Arrecadação da Dívida Ativa. Abaixo do limite estipulado pela jurisprudência da Corte. Inobservância das vedações no período da pandemia (Covid19). Baixa materialidade e relevância. Existência de irregularidades formais. Parecer favorável. Aprovação das contas.
Parecer Prévio n. 04/2023

Prestação de contas. Exercício de 2020. Cumprimento dos índices e limites constitucionais e legais. Aumento de gasto com pessoal em decorrência das ações contra a Covid-19. Aprovação.
Parecer Prévio n. 65/2021

Prestação de contas anual. Exercício de 2019. Despesa sem prévio empenho. Falhas de natureza formal. Aprovação com ressalvas.

Parecer Prévio n. 37/2020

Tomada de contas especial. Análise de contrato. Execução parcial. Dano ao erário. Irregularidade
Parecer Prévio n. 09/2019

Excessivas alterações orçamentárias. Repasses financeiros acima do limite estabelecido. Mitigação. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 56/2018

Não recolhimento de encargos incidentes sobre a dívida ativa. Discrepância no saldo de estoque. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 39/2016

Não atendimento aos pressupostos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 02/2016

MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE DO OESTE

A baixa arrecadação dos créditos da Dívida Ativa, não maculam os resultados apresentados pela Administração Municipal.
Parecer Prévio n. 21/2020

Prestação de contas anual. Exercício de 2019. Falhas de natureza formal. Não-atendimento das metas fiscais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 21/2020

Não atingimento dos resultados primário e nominal. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 64/2016

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

Ausência de distorções relevantes ou indícios de irregularidades que ensejem a indicação pela rejeição das contas. Parecer prévio favorável à aprovação das contas.
Parecer Prévio n. 74/2022

Prestação de contas. Exercício de 2019. Aprovações com ressalvadas. Irregularidades formais.
Parecer Prévio n. 33/2021

Prestação de contas. Exercício de 2020. Aprovação.
Parecer Prévio n. 34/2021

Prestação de contas. Exercício de 2020. Falhas formais de não atendimento das metas do Plano Nacional de Educação que não inquinam as contas à reprovação. Aprovação.

Parecer Prévio n. 44/2021

Prestação de contas. Inexistência de irregularidades. Aprovação.
Parecer Prévio n. 59/2019

Ausência de irregularidades. Aprovação.
Parecer Prévio n. 31/2019

Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 71/2018

Prestação de contas. Não aprovação. Aumento de despesas com pessoal nos últimos 180 (cento e oitenta) dias de mandato dentre outros.
Parecer Prévio n. 39/2017

Superavaliação ou subavaliação de ativos ou passivos. Equilíbrio das contas.
Parecer Prévio n. 28/2017

Cumprimento dos índices constitucionais na aplicação em saúde, educação e repasse financeiro ao poder legislativo municipal.
Parecer Prévio n. 05/2017

Prestação de contas. Aprovações com ressalvadas. Irregularidades formais, podendo ser corrigidas ao longo das gestões seguintes.
Parecer Prévio n. 49/2016

MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS

Falhas formais. Determinações ao gestor. Aprovação das contas.
Parecer Prévio n. 39/2022

Prestação de contas. Exercício de 2020. Aprovação.
Parecer Prévio n. 31/2021

Prestação de contas anual. Exercício de 2019. Equilíbrio orçamentário. Não cumprimento de determinações. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 23/2020

Prestação de contas. Irregularidades contábeis de cunho formal. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 40/2019

Prestação de contas. Não aprovação. Aumento de despesa com pessoal nos últimos 180 dias e outras irregularidades.

Parecer Prévio n. 118/2018

Despesa com pessoal acima do limite máximo. Adequação. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 34/2018

Não cumprimento de obrigações previdenciárias. Pagamento em atraso das contribuições. Irregularidades graves. Não provação.
Parecer Prévio n. 03/2018

Prestação de contas. Aprovações com ressalvadas. Irregularidades formais, podendo ser corrigidas ao longo das gestões seguintes.
Parecer Prévio n. 36/2016

MUNICÍPIO DE TEIXEIRÓPOLIS

Prestação de contas. Exercício de 2021. Equilíbrio financeiro para cobertura das obrigações. Suficiência financeira para cobertura das obrigações (passivo financeiro) assumidas até 31.12.2021. Cumprimento dos Índices Constitucionais e Legais com a Educação, Saúde, gastos com Pessoal e Repasse ao Legislativo. Auditoria no Balanço Geral do Município. Auditoria na Execução do Orçamento e Gestão Fiscal. Aprovação.
Parecer Prévio n. 08/2023

Prestação de contas. Exercício de 2020. Irregularidades quanto as metas do Plano Nacional de Educação, podendo ser corrigidas ao longo das gestões seguintes. Aprovação.
Parecer Prévio n. 41/2021

Prestação de contas de governo. Equilíbrio financeiro. Falhas no balanço geral. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 36/2020

Prestação de contas. Situação orçamentária superavitária. Impropriedade formal que não corrompe a conta. Aprovação.
Parecer Prévio n. 36/2019

Prestação de contas. Aprovações com ressalvadas. Irregularidades formais, podendo ser corrigidas ao longo das gestões seguintes.
Parecer Prévio n. 33/2018

Insatisfatória a cobrança administrativa e judicial da dívida ativa. Divergência contábil. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 68/2016

MUNICÍPIO DE THEOBROMA

Baixa efetividade da arrecadação dos créditos inscritos em dívida ativa. Impropriedades generalizadas. Aprovação das contas.
Parecer Prévio n. 50/2022

Prestação de contas. Exercício de 2020. Superávit orçamentário, financeiro e patrimonial. Aprovação.
Parecer Prévio n. 76/2021

Prestação de contas. Exercício de 2019. Irregularidades formais podendo ser corrigidas ao longo das gestões seguintes. Não atendimento das determinações e recomendações exaradas nos exercícios anteriores. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 68/2021

Prestação de contas. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 68/2019

Prestação de contas. Aprovações com ressalvadas. Irregularidades formais, podendo ser corrigidas ao longo das gestões seguintes.
Parecer Prévio n. 67/2018

Prestação de conta anuais. Inconsistências nos demonstrativos. Ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias. Desiquilíbrio atuarial do RPPS Não aprovação.
Parecer Prévio n. 08/2018

Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 31/2016

MUNICÍPIO DE URUPÁ

Intempestividade balancete dezembro. Não atendimento a determinações anteriores. Falhas de baixa materialidade e impropriedades não generalizadas.
Parecer Prévio n. 57/2022

Prestação de contas. Exercício de 2020. Equilíbrio fiscal e orçamentário. Determinação para o cumprimento efetivo de todas as metas, estratégias e indicadores constantes no Plano Nacional de Educação. Aprovação.
Parecer Prévio n. 69/2021

Prestação de contas. Irregularidade grave. Déficit financeiro por fonte. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 32/2019

Prestação de contas. Déficit na execução do orçamento. Irregularidade formal. Aprovação com ressalvas.

Parecer Prévio n. 66/2019

Inconsistência em algumas informações contábeis. Superavaliação da receita orçamentária e da conta caixa e equivalente de caixa. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 01/2018

Divergência contábil. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 55/2016

Despesa com pessoal abaixo do estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal. Irregularidade forma no repasse financeiro ao Poder Legislativo. A provação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 04/2016

MUNICÍPO DE VALE DO ANARI

Cumprimento dos índices constitucionais e legais. Parecer prévio pela aprovação das contas.
Parecer Prévio n. 67/2022

Prestação de contas anuais. Exercício de 2020. Cumprimento das metas e limites da educação. Impropriedades. Descumprimento das metas, estratégias e indicadores do Plano Nacional de Educação – PNE. Situação financeira deficitária. Aprovação.
Parecer Prévio n. 21/2022

Prestação de contas anuais. Exercício de 2018. Situação financeira deficitária. Desiquilíbrio das contas. Impropriedade grave. Reprovação.
Parecer Prévio n. 58/2019

Inconsistência nas demonstrações contábeis. Desequilíbrio atuarial do RPPS. Renúncia de receita. Desequilíbrio das contas. Impropriedade graves.
Parecer Prévio n. 50/2018

Prestação de contas anuais. Ausência de repasses de valores das contribuições patronais e dos segurados ao RPPS. Inconsistências nas informações fiscais. Déficit financeiro. Não aprovação.
Parecer Prévio n. 23/2018

Não atingimento da meta de resultado nominal. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 74/2016

MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO

Resultados orçamentários e financeiros superavitários. Irregularidades formais. Aprovação.
Parecer Prévio n. 58/2022

Prestação de contas. Exercício de 2020. Superávit orçamentário, financeiro e patrimonial. Determinações. Aprovação.
Parecer Prévio n. 74/2021

Prestação de contas. Existência de irregularidade formal no balanço geral do município. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 34/2019

Prestação de contas. Aprovação. Determinações legais. Medidas de correção e averiguação do resultado pelo TCE.
Parecer Prévio n. 44/2018

Alteração orçamentária acima do limite regulamentado. Abertura de crédito adicional sem autorização legislativa. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 40/2016

MUNICÍPIO DE VILHENA

Cumprimento dos índices constitucionais na saúde, gastos com pessoal e repasse ao legislativo. Equilíbrio financeiro. Irregularidades formais. Aprovação.
Parecer Prévio n. 77/2022.

Prestação de contas. Exercício de 2020. Irregularidades formais que podem ser corrigidas ao longo das gestões seguintes. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 37/2021

Prestação de contas anual. Exercício de 2019. Falhas de natureza formal. Aprovação com ressalvas. Determinações.
Parecer Prévio n. 27/2020

Não atingimento do resultado nominal. Não atendimento das determinações de exercícios anteriores. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 36/2018

Prestação de contas de governo. Executivo municipal. Mais de um responsável. Separação das contas. Alteração orçamentária. Percentual razoável de 20%. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 62/2019

Equilíbrio financeiro. Inconsistências das informações contábeis. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 60/2019

Cumprimento dos índices constitucionais de aplicação em saúde e educação. Equilíbrio orçamentário e financeiro. Regularidade do repasse financeiro ao poder legislativo. Respeito ao limite de despesas com pessoal. Gestão fiscal atendeu aos pressupostos da LRF.
Parecer Prévio n. 04/2017

Prestação de contas. Exercício de 2016. Irregularidades formais. Aprovação com ressalvas.
Parecer Prévio n. 69/2016